

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO —
RESOLVE ENCARREGAR A COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE
DE ECONOMIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES, DE NAS SUAS FUNÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DA
ACTIVIDADE POLÍTICA E ADMINISTRATIVA SE OCUPAR
ESPECIFICAMENTE DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE
PROLIFERAÇÃO DO COELHO-BRAVO AFECTA AS EXPLORAÇÕES
AGRÍCOLAS E A ECONOMIA DA ILHA DE SÃO JORGE**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada <u>3539</u>	Proc. Nº <u>109</u>
Data: <u>01/10/17</u> Nº <u>21/2011</u>	

PONTA DELGADA, 14 DE OUTUBRO DE 2011



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 5 de Maio e 21 de Junho de 2011, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e nos dias 16 e 17 de Junho de 2011, na ilha de São Jorge, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Resolução — Resolve encarregar a Comissão especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições de proliferação do Coelho-Bravo afecta as explorações agrícolas e a economia da Ilha de São Jorge.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Projecto de Resolução enquadra-se no disposto no artigo 31.º, n.º 1, al. d) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e com o que estipula o artigo 145º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projecto de Resolução pretende “encarregar a Comissão especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Autónoma, de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que a proliferação do Coelho-Bravo afecta as explorações agrícolas e a economia da Ilha de São Jorge.”

Segundo a iniciativa em análise, apesar de diversos esforços já desencadeados quer pelos proponentes, quer directamente pelos agricultores ou através dos seus órgãos representativos junto do membro do Governo Regional com a tutela da Agricultura, “a situação aflitiva por que passam os agricultores da Ilha de São Jorge (...) mantêm-se sem que os agricultores vislumbrem uma solução eficaz.”

De acordo com a iniciativa, “a praga do Coelho-Bravo tem provocado sérios prejuízos às explorações agrícolas com maior relevância para as de agropecuária que não têm pasto para alimentar o gado bovino, obrigando-os a alienar efectivo bovino com consequências para o volume de leite produzido e consequentemente perda de quota leiteira, estando até alguns agricultores em eminência de falência.”

Assim, a iniciativa legislativa em análise tem por objecto, concretamente, que a “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolva encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia de:

- 1- Com base numa caracterização das explorações agrícolas da ilha de S. Jorge proceder a uma inventariação das perdas económicas de cada uma das explorações afectadas, resultante da actividade do Coelho-Bravo;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 2- Realizar um estudo que distinga os prejuízos directos resultantes da actividade do Coelho-Bravo, dos prejuízos indirectos, nomeadamente no que se refere à produção de queijo de Denominação de Origem Protegida;
- 3- Calcular os encargos económicos para o produtor resultantes do facto de a alimentação do efectivo leiteiro ser substituída por ração, como consequência da falta de pastagem;
- 4- Calcular o peso das actividades agrícolas, agro-pecuárias e agro-industriais que de forma directa ou indirecta são afectadas pelo Coelho-Bravo no total da economia da ilha;
- 5- Inventariar e caracterizar os postos de trabalho adstritos às actividades referidas no ponto anterior;
- 6- Realizar um levantamento de todas as medidas implementadas pelo Governo Regional, respectiva data de implementação e resultados alcançados;
- 7- Apresentar, no prazo dois meses, um relatório ao Plenário da Assembleia Legislativa com o resultado do estudo realizado, os elementos recolhidos, as respectivas conclusões assim como um conjunto de propostas que visem ressarcir os agricultores de eventuais prejuízos.”

Sobre esta matéria a Comissão deliberou ouvir em audição o Secretário Regional da Agricultura e Florestas, a Direcção da Associação de Caçadores de S. Jorge, os Serviços Florestais de S. Jorge e as Associações Agrícolas de S. Jorge, bem como, solicitar parecer às seguintes entidades:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- Gê-Questa;
- Associação Agricultores S. Jorge;
- Associação Jovens Agricultores Jorgenses;
- Representante da Quercus;
- Associação Ecológica "Amigos dos Açores";
- Representante da Azórica;
- Associação de Caçadores Jorgenses;
- Câmara Municipal de Velas;
- Câmara Municipal da Calheta

A Associação Agricultores São Jorge, a Associação Ecológica, "Amigos dos Açores", a Associação de Caçadores Jorgenses e Câmara Municipal de Velas, emitiram parecer que se anexam a este relatório.

A Comissão Permanente de Economia visitou no dia 17 de Junho o Centro de Processamento do Coelho-Bravo, do Matadouro de São Jorge.

Audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas, Noé Rodrigues, realizou-se na Delegação da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada, no dia 4 de Maio de 2011.

O Secretário Regional começou por afirmar que o Governo dos Açores tem estado atento à evolução da praga de Coelho-Bravo, a ilha de São Jorge.

Neste sentido, referiu que o calendário venatório tem estado aberto à caça durante todos os dias do ano, tendo também, o Governo, autorizado, todos os pedidos, da parte dos agricultores para correcção de densidade desta espécie.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário Regional também explicou que a sua secretaria tem apoiado as Associações Agrícolas de São Jorge na compra de cartuchos para as armas de caça.

O Membro do Governo, salientou que as medidas já autorizadas têm tido boa resposta da parte dos caçadores e agricultores, podendo, para já, não ser suficientes. O Secretário Regional referiu que um dos problemas com que os caçadores se deparam é o facto de, depois de caçado o coelho, este não poder entrar no circuito de comercialização, sem o respectivo tratamento no matadouro. Neste sentido o Membro do Governo, afirmou que deu instruções para que o matadouro da ilha de São Jorge, criasse um centro de processamento específico para o Coelho-Bravo, com todas as condições que permitissem a sua posterior comercialização (através de Portaria do Membro do Governo).

Por fim, o Secretário Regional referiu que, com todas estas medidas tomadas é, necessário acompanhar a evolução do quantitativo desta espécie na ilha, para verificar da sua eficácia no terreno.

O Secretário anunciou que os serviços do Governo dos Açores com especialistas da Universidade do Porto irão proceder, com uma base regular, ao censo do Coelho-Bravo nesta ilha.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, referiu que as medidas tomadas pelo Governo de combate à praga de Coelho-Bravo, na ilha não estão a ter os efeitos pretendidos e que a prova do que afirmava estava certo, estava na insatisfação demonstrada pela Associação Agrícola de São Jorge no seu parecer à Comissão Permanente de Economia.

O Deputado salientou que, a nova Portaria que permite a comercialização do Coelho-Bravo já é um avanço significativo, no que se pretende, mas que, o facto, das correcções de densidade não poderem entrar no circuito de comercialização, pode tornar-se um obstáculo à eficácia da medida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado do PSD, António Ventura, mostrou-se preocupado com a situação vivida em São Jorge, pois o Coelho-Bravo concorre directamente com a vaca na procura de alimento. "Esta situação se não for devidamente acautelada, pode trazer enormes prejuízos ao sector agro-pecuário da ilha" salientou o Deputado.

O Deputado terminou a sua intervenção, questionando o Membro do Governo da existência de algum pedido de apoio de alimento para gado na ilha de São Jorge.

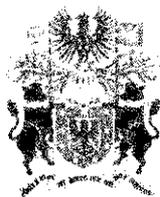
O Deputado do PS, Rogério Veiros, questionou o Membro de Governo da existência de medidas adicionais, da parte do Governo, para o combate ao aumento de densidade do Coelho-Bravo.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, referiu que as medidas tomadas no sentido de combater a praga do Coelho-Bravo em São Jorge, vão no sentido, de também de estimular a caça como uma actividade económica que traga uma mais-valia à economia da ilha.

O Membro do Governo explicou que tem envidado esforços para que a Associação Agrícola colabore com a Associação de Caçadores para um combate mais eficaz à praga e que estes esforços têm tido efeitos, pois o número de licenças de caça emitidas mais que triplicaram nos últimos meses.

O Membro do Governo terminou a sua intervenção referindo que os apoios solicitados pelos agricultores à Administração Regional visam apenas suplementos alimentares, não estando relacionados em absolutamente nada com o problema do Coelho-Bravo.

Audição da Direcção de Associação de Caçadores de São Jorge, realizou-se no edifício da Camara Municipal de Velas, na Vila de Velas, no dia 16 de Junho de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente da Associação de Caçadores da ilha de São Jorge, José Teixeira, começou por salientar que muitas pessoas exageraram um bocadinho nos prejuízos causados pelo Coelho-Bravo na ilha.

O Presidente da Associação de Caçadores referiu que a sua associação tem realizado diversas iniciativas de caça, que já permitiram o abate de mais de 10052 coelhos (não inclui números de correcções de densidade), inclusive numa altura em que a espécie se encontra no seu ciclo reprodutivo.

O responsável da Associação de Caçadores salientou a colaboração estreita com a Associação Agrícola da ilha, que permitiu acções conjuntas de correcção de densidade da espécie. Todavia, especificou, que o Governo apoiou as Associações Agrícolas e lavradores em cerca de 20000 euros e que estas apenas ajudaram em 10% deste valor, a compra de cartuchos para a Associação de Caçadores, o que na sua opinião é manifestamente pouco, para quem está mais capacitado para esta actividade.

O Presidente da Associação de Caçadores, referiu ainda existir um esforço do Governo dos Açores para criar um centro de processamento das peças da caça de Coelho-Bravo, mas que dificilmente funcionará pois são os próprios caçadores que têm que utilizar as instalações e "arranjar" as peças para processamento. Neste sentido, referiu que, dificilmente o Coelho-Bravo entrará no circuito comercial.

O Deputado do PS, Rogério Veiros, referiu que a Associação de Caçadores tem desempenhado um papel fundamental quer no combate à praga do Coelho-Bravo, quer no desenvolvimento da actividade da caça a esta espécie como um factor gerador de actividade económica e turística.

Contudo, referiu que, presentemente não há consumo local desta espécie, nem o mercado local poderia comportar um volume de caça tão elevado. Tendo neste sentido, afirmou que, a comercialização desta espécie de caça deverá ter uma perspectiva regional e não local.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado afirmou a comercialização desta caça, poderia, ter uma certificação de qualidade de um produto exclusivo de São Jorge.

O Deputado do PS terminou a sua intervenção, questionando o responsável da Associação de Caçadores, sobre a eficácia das medidas tomadas, no combate a esta praga, bem como, da intensidade do esforço de caça nos próximos meses.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, referiu que seu partido, tendo em conta as queixas de grande parte da população da ilha, que vêm a sua vida afectada pelos prejuízos causados por esta espécie, tem sucessivamente apresentado iniciativas legislativas, no sentido de que, o Governo dos Açores tome medidas efectivas para combater esta praga.

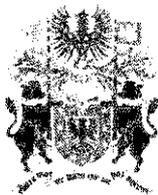
O Deputado afirmou que as medidas já tomadas, infelizmente, de pouco em servido pois os agricultores continuam em grande dificuldades devido ao Coelho-Bravo.

O Deputado do CDS/PP, questionou o Presidente da Associação de Caçadores, sobre qual a abrangência desta praga na ilha, sobre o que é feito com as peças de caça, após a caça, sobre qual o prejuízo nas pastagens e sobre se é possível criar actividades turísticas relacionadas com a caça.

O Deputado do PS, José Rego, questionou o responsável da Associação de Caçadores, sobre qual o numero de sócios da sua associação, sobre quantas provas de caça têm realizado nos últimos meses e sobre qual a ligação desta associação com outras fora da ilha.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, questionou o responsável da Associação de Caçadores sobre se era verdade que a Associação Agrícola tinha recebido apoio do Governo dos Açores para a compra de cartuchos.

O Presidente da Associação de Caçadores, começou por afirmar que devemos manter o esforço de caça até ao final do ano, sendo, nesta altura, feita uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

reavaliação da situação pelos Serviços Florestais, para verificar qual o esforço de caça adequado à manutenção do efectivo desta espécie em valores sustentáveis.

Na opinião do responsável, as áreas de presença do Coelho-Bravo estão muito circunscritas, às freguesias dos Rosais, Velas e Santo Amaro.

Referiu ainda que, presentemente o esforço de caça está ser elevadíssimo, tendo afirmado ainda que, nunca viu “tanta gente em São Jorge para caçar”, o que o faz acreditar que muitos o fazem ilegalmente.

O responsável da Associação de Caçadores referiu ainda que a maior parte dos coelhos caçados, não entram no circuito comercial, sendo sim levados em caixas para a ilha Terceira e para o Continente Português.

No seu ver, estes caçadores que vêm aos Açores apoiados, (e são muitos) deviam deixar mais alguma valia na região em vez de levarem o produto consigo.

O Presidente da Associação de Caçadores referiu que a associação que preside, com 87 sócios, tem estabelecidas ligações com muitas associações de caça pelo país, mas sobretudo ao nível da caça da perdiz.

O responsável referiu ainda que, nos últimos 3 meses, realizaram 4 provas locais de caça ao Coelho-Bravo.

Audição da directora de serviços dos Serviços Florestais da ilha de São Jorge, Engenheira Carla Moutinho, realizou-se na delegação dos Serviços Florestais de São Jorge, na Vila de Velas, no dia 16 de Junho de 2011.

A directora de serviços entregou e apresentou, à Comissão Permanente de Economia, um conjunto de documentos sobre a evolução da situação do Coelho-Bravo na ilha de São Jorge, que se anexam a este relatório.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado do CDS/PP, Luís Silveira, referiu que o Governo dos Açores afirmou que em 2009 é que se verificou uma excessiva densidade do Coelho-Bravo em São Jorge e que um ano depois, em 2010, já se notava uma correcção de densidade, neste sentido e tendo em conta que a maior parte das correcções de densidade só se verificaram no final de 2010, questionou a responsável dos Serviços Florestais, de como é possível que a população de Coelho-Bravo tenha diminuído. “Não é possível que esta população tenha alargado o seu território para além das zonas dos censos efectuados pelos serviços?”

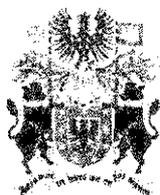
A Deputada do PS, Paula Bettencourt, questionou a directora de serviços sobre como funcionava os censos da população de Coelho-Bravo na ilha e como esperava que evoluísse esta mesma população.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medida, questionou a directora de serviços sobre qual a margem de erro dos censos da população do Coelho-Bravo.

O deputado do CDS/PP, Luís Silveira, referiu que é difícil realizar um censo adequado, devido à orografia da ilha, mas que, na verdade, afirmou, “todos os dias somos confrontados por agricultores com enormes problemas por causa dos coelhos.

O Deputado do PSD, Cláudio Lopes, mostrou-se satisfeito com o controle que está a ser feito à população de Coelho-Bravo, tendo questionado a directora de serviços sobre se tinha conhecimento de algum surto hemorrágico na espécie recentemente.

A directora de serviços, começou por explicar que com o enorme número de pedidos de correcção de densidade autorizados, com o número de licenças e inscrições também autorizadas, provavelmente no final do ano, será possível ter uma noção ainda mais correcta da evolução da população do Coelho-Bravo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A directora de serviços, referiu que desde 2009 que estão a ser tomadas medidas para monitorizar e controlar a densidade de Coelho-Bravo na ilha, sendo que, em 2009, não foram solicitadas correcções de densidade da parte da parte dos agricultores.

Relativamente ao funcionamento dos censos, a responsável explicou que é um método absoluto que nos dá o índice quilométrico de abundância, que deve atingir, por zona, pelo menos, cerca de 3,5 km de observação. “É realizada uma contagem de coelhos, sempre pelo mesmo operador, num percurso com a extensão referida, sempre à mesma hora, tendo em conta a distância a que visualiza os coelhos. Este método de censos é realizado em colaboração com especialistas da Universidade do Porto.”

Acrescentou ainda que “são registados os coelhos visualizados, a 25, 70 e a 100 metros de distância do operador, numa folha de campo, regularmente, para posterior tratamento estatístico da Universidade do Porto”.

A directora de serviços explicou que, sendo o valor obtido pelos censos, um índice quilométrico, não fazia sentido este valor ter margem de erro. “Guiamo-nos por números absolutos em estimação global é impossível sabermos margens de erro”.

Por fim, a directora de serviços explicou que segundo os resultados dos censos (“o único método de contabilização de base científica existente”), aparentemente, a população do Coelho-Bravo na ilha de São Jorge, tem vindo a estabilizar, devendo encontrar-se em valores semelhantes aos da ilha das Flores.

A audição das Associações Agrícolas da ilha de São Jorge, realizou-se no edifício Sede da Associação Agrícola de São Jorge, na Vila de Velas, no dia 16 de Junho de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Presidente da Associação Agrícola de São Jorge, Leonel Ramos, começou por salientar que depois da emissão do Parecer à Comissão Permanente de Economia, muito já foi feito pelo Governo dos Açores, neste âmbito, que melhoraram consideravelmente os efeitos da praga do Coelho-Bravo em São Jorge.

Contudo, o responsável referiu que, continua a existir muita burocracia, no licenciamento da correcção de densidade do coelho, que faz com que se leve muito tempo para se poder efectuar este procedimento.

Na opinião deste responsável, o Governo dos Açores, deve permitir a caça ao coelho de noite e de dia em toda a ilha, sem licença, para que se consiga resolver a incidência da praga do coelho sobretudo nas freguesias de Rosais, Santo Amaro, Ribeira Seca e Rosais.

Referiu também que a directora de serviços dos Serviços Florestais, tem colaborado com a sua instituição dentro da lei, não podendo por isso, autorizar outros procedimentos que não sejam a correcção de densidade.

Esta situação, referiu, “apesar de não ser o nosso maior problema, está a prejudicar os agricultores de São Jorge.”

O responsável da Associação Agrícola referiu que, já esteve presente em diversas sessões de esclarecimento sobre este assunto, sendo que neste problema, identificou, também, a necessidade de melhorar as condições do Matadouro de São Jorge, sobretudo na área de congelamento imediato e armazenamento, para permitir exportar esta caça para todo o arquipélago.

O Presidente da Associação de Jovens Agricultores da ilha de São Jorge, Francisco Gomes, referiu que apesar das medidas já tomadas no combate à praga do Coelho-Bravo na ilha, os resultados são pouco visíveis.

O responsável afirmou ainda, que a caça desta espécie, não parece ser a forma mais adequada para lidar com este problema.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Sr. José Sequeira, da Direcção da Associação Agrícola de São Jorge, referiu que esta praga, que já dura há muitos anos, causou na sua exploração um prejuízo anual de 200 euros por cabeça de gado.

Contudo, referiu que esta praga não é fácil de combater, pois a espécie em causa aproveita a orografia da ilha para se esconder, bem como, aprende, rapidamente, as “manhas” dos caçadores para poder fugir à caça.

O Deputado do PSD, Mark Marques, referiu que na ilha de São Jorge há coelhos a mais e correcções de densidade a serem feitas, neste sentido, questionou as Associações Agrícolas, de que burocracias é que se queixavam e de como era possível resolver esta situação.

O Deputado do CDS/PP, Luís Silveira, começou por referir a importância da Comissão Permanente de Economia, onde estão representados a maior parte das forças políticas, estar em São Jorge para ouvir os problemas dos agricultores e para no âmbito das suas competências tentar ajudar na resolução dos seus problemas.

O Deputado referiu ser muito importante o Governo dar ouvidos aos agricultores e permitir a caça livre, à enorme praga, que é o Coelho-Bravo na ilha.

O Deputado salientou que, outro problema existente, neste âmbito é o facto do transporte da caça para fora da ilha, ser muito dispendioso, pois a SATA cobra 7 euros por quilo de excesso de bagagem transportada.

O Deputado referiu que, o Governo dos Açores afirmou que a densidade do Coelho-Bravo diminuiu 50%, sendo que, na sua opinião, os métodos de censos da população, desta espécie, utilizados, têm pouca ou nenhuma credibilidade,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pois o conhecimento empírico que tem, revela que a praga ainda não está controlada.

O Deputado lembrou que o CDS/PP, tem vindo a chamar a atenção para este problema desde 2009 e que o Governo dos Açores, sucessivamente, tem feito “ouvidos de mercador” a estas reivindicações.

O Deputado do CDS/PP, questionou a Associação Agrícola sobre os montantes de apoio à compra de cartuchos que o Governo tem disponibilizado.

O Deputado do PS, Rogério Veiros, referiu que, relativamente à questão do controlo da praga do Coelho-Bravo na ilha, já foram tomadas inúmeras medidas, que passam por autorizar todas as correcções de densidade solicitadas em tempo recorde, alargar o período de caça mesmo em períodos em que geralmente esta não era permitida e ajudar as associações na aquisição de cartuchos. Na opinião do Deputado, permitir a caça livre, ou seja, sem regras, nem licenciamento, poderia ser perigoso para as populações, pois é uma actividade que deve ser minimamente controlada e monitorizada.

Relativamente à questão da modernização do centro de processamento de coelhos no Matadouro de São Jorge, o Deputado referiu que este foi remodelado e modernizado recentemente.

O Deputado do BE, José Cascalho, questionou a Associação Agrícola sobre qual o número de coelhos abatidos nos ultimo ano e sobre qual o número de coelhos processados no Matadouro de São Jorge.

O Presidente da Associação Agrícola de São Jorge, referiu que as correcções de densidade deveriam ser autorizadas por período indefinido. Na sua opinião,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

“o critério para autorizar as correcções de densidade, deve ter em conta a situação de cada ilha e não o arquipélago no seu conjunto”.

O representante referiu que, o centro de processamento funciona apenas uma hora por dia, das 15 às 16 horas, para entrega e tratamento da “peça”, da parte do caçador, o que faz que ninguém recorra a este centro.

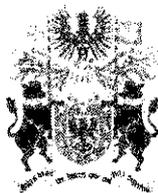
O Presidente da Associação Agrícola de São Jorge, referiu que, recebeu do Governo dos Açores uma verba de 20 mil euros em Maio para ajudar na compra de cartuchos.

Após as audições realizadas, a Comissão Permanente de Economia, analisou no dia 21 de Junho, o presente Projecto de Resolução.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, referiu que a visita à ilha de S. Jorge, reforçou aquilo que o seu partido à muito vem chamando à atenção: que o aumento da densidade da população do coelho bravo é um problema muito grave para a actividade económica da ilha, sobretudo para os lavradores e que as medidas tomadas pelo Governo no combate a esta praga, têm-se revelado manifestamente insuficientes.

Neste sentido, o deputado salientou que é urgente que a Comissão Permanente de Economia, analise esta problemática, no seu todo, e produza um relatório com as respectivas conclusões assim como um conjunto de propostas que visem ressarcir os agricultores de eventuais prejuízos.

O Deputado do PS, Duarte Moreira referiu que a visita à ilha de S. Jorge permitiu concluir que já foram tomadas inúmeras medidas, que passam por autorizar todas as correcções de densidade solicitadas, em tempo recorde, alargar o período de caça mesmo em períodos em que geralmente esta não



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

era permitida, ajudar as associações na aquisição de cartuchos, bem como monitorizar com regularidade e com validade científica a densidade da população de Coelho-Bravo na ilha.

O Deputado afirmou que, nunca se caçou tanto Coelho-Bravo, como no último ano e que os estudos da densidade da população desta espécie começam a revelar os efeitos desta mesma caça.

O Deputado salientou ainda que, a situação vivida na ilha é cíclica, dadas as características geomorfológicas da mesma, tendo tendência para estabilizar ao fim de algum tempo.

O Deputado concluiu a sua intervenção, salientando que, dado o acompanhamento próximo que o Governo dos Açores, as associações agrícolas e de caça estão a ter da situação, bem como do acompanhamento científico da Universidade do Porto da densidade da população do Coelho-Bravo, não vê a necessidade da Comissão elaborar um relatório e parecer técnico sobre a situação vivida na ilha, pois não iria acrescentar nenhuma mais-valia neste âmbito.

A Comissão Permanente de Economia deliberou por maioria, com os votos a favor dos Deputados do PS e com a abstenção, com reserva de posição para plenário dos Deputados do PSD e BE e com o voto contra do Deputado do CDS/PP, dar parecer desfavorável à presente Proposta de Resolução.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco V. César'.

Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José de Sousa Rego'.

José de Sousa Rego

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES

DA
ILHA DE S. JORGE

2011

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Economia

José de Sousa Rego

Rua José Maria Raposo Amaral

9500-078 Ponta Delgada

Assunto: Densidade populacional do coelho-bravo na Ilha de São Jorge

Exmos Srs.,

Na Ilha de São Jorge, a elevada densidade populacional do coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) é preocupante, gravíssima.

Ou seja:

- Avultados prejuízos causados nas pastagens (em média 30-40%), sementeiras (30% de perdas, em algumas situações as perdas são totais) e viveiros (20%).
- Tal, implica redução substancial de alimento disponível para a Bovinicultura Jorgense e produtos para autoconsumo e venda (Hortícolas e frutícolas), implicando consequências gravíssimas na economia das explorações agrícolas: diminuição da condição corporal dos animais (implicando perda de fertilidade, doenças associadas, etc.); maiores gastos na compra de concentrados e vitaminas, aquisição de vedações, aquisição de adubos, importação de matéria seca.
- Como é sabido, este lagomorfo, "oportunista", diminui a produtividade vegetal, tendo em conta o seu oportunismo em relação à alimentação, é um animal gregário e sedentário, a sua prolificidade é elevada e o índice de sobrevivência dos láparos bastante elevado.
- A existência de predadores naturais deste lagomorfo é diminuta e ineficaz, restringindo-se, por vezes, a certas zonas da ilha.
- O calendário venatório em vigor e as medidas tomadas não permitem um controlo eficiente e equilibrado deste lagomorfo.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES

DA
ILHA DE S. JORGE

2011

Até ao momento e em suma, não observamos qualquer acção visível e eficaz das medidas tomadas quanto ao controlo populacional do coelho-bravo.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Associação dos Agricultores da Ilha de São Jorge,

(Leonel Rodrigues Ramos)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA	
REGIÃO AUTÓNOMA DO AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1523 Proc. Nº 109
Data:	01/04/20 Nº 21, 2011

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia
Rua José Maria Raposo do Amaral, 48
9500 – 078 PONTA DELGADA

Sua Referência
1464

Sua Data
04/04/2011

Nossa Referência
0051/10

Data
25/04/2011

Assunto: Parecer sobre o Projecto de Resolução nº 21

Exmo. Senhor Presidente da Comissão

Na sequência do solicitado na vossa comunicação referida em epígrafe é nosso parecer que o preâmbulo do documento assenta em conceitos e fundamentos de natureza ecológica que não têm qualquer correspondência no articulado da Resolução que, limitando-se a questões de natureza económica, não prevê qualquer preocupação de natureza ambiental.

Considerando que a resolução trata essencialmente em propostas de estudo e inventário, agradecemos, caso o projecto em análise venha a ser aprovado, que sejamos consultados para emitirmos parecer sobre possíveis acções concretas.

No entanto, espera-se que venha a ser estudada a forma como se introduzem e se promove a proliferação de determinadas espécies, uma vez que estes actos são, muitas vezes, geradores de desequilíbrios ecológicos como o que agora se discute.

Com os nossos cumprimentos,

O Presidente da Direcção



Sérgio Diogo Caetano

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1626	Proc. Nº 109
Data 01/05/2011	

A.C.J.
Associação de
Caçadores
Jorgense

Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Economia
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Urzelina, 21 de Abril de 2011

Nossa Referência: 111/2011

ASSUNTO: PROJECTO DE RESOLUÇÃO DO CDS-PP AÇORES SOBRE COELHO BRAVO

Vimos por este meio apresentar o parecer da Associação de Caçadores Jorgense quanto ao projecto de resolução do Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores relativamente ao coelho bravo na ilha de São Jorge.

Somos a favor que se faça um levantamento económico de todos os prejuízos causados pelo coelho bravo, sendo que devem ter em conta os seguintes pontos:

1. A densidade de coelho bravo não é igual em todas as freguesias da ilha de São Jorge. As freguesias mais afectadas serão as Velas, Rosais, Norte Grande e Santo Amaro.
2. Ter em conta que o coelho bravo faz parte da alimentação de aves de rapina e de outros mamíferos que se alimentam deles.
3. As populações de pombo torcaz e pombo da rocha também são elevadas, causando igualmente bastantes prejuízos.
4. A actividade da caça gera bastante receita para o Governo Regional, através da cobrança das licenças de caça.
5. A actividade da caça tem um papel importante na economia da ilha de São Jorge, pois por ano são centenas de caçadores que visitam a nossa Ilha, para poderem praticar a caça ao coelho bravo, contribuindo com o seu dinheiro através da aquisição de passagens aéreas, alojamento, restauração e produtos típicos (Queijo de São Jorge).

Sem mais nenhum assunto e agradecendo a atenção dispensada, despeço-me.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	<u>1611</u> Proc. Nº <u>109</u>
Data:	<u>01/05/02</u> Nº <u>21/2011</u>


(José Guilherme da Silveira Teixeira)

Associação de Caçadores Jorgense – Transversal da Urzelina – 9800 Velas



Município das Velas
Rua de São João
9800 - 539 Velas

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia
José de Sousa Rego
Delegação ALRAA de Ponta Delgada
Rua José Maria Raposo Amaral
9500-078 Ponta Delgada

Sua Referência
1460704

Sua Comunicação de
04/04/2011

Nossa referência
1367 /2.21

Data
2011/04/20

ASSUNTO: Pedido de Parecer sobre o Projecto de Resolução N.º 21/2011 – “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que a proliferação do coelho-bravo afecta as explorações agrícolas e a economia da ilha de São Jorge”.

Exmos. Senhores

Em resposta ao Pedido de Parecer sobre o assunto em epígrafe mencionado, temos a dizer o seguinte:

- a) Todas as medidas tomadas com vista à diminuição do coelho bravo em São Jorge, têm sido do nosso agrado, em especial a aprovação recente da Portaria que permite a comercialização do mesmo.
- b) Dada a proliferação do coelho-bravo na ilha de São Jorge, o presente problema só será solucionado totalmente se forem tomadas medidas adicionais.

Com respeitosos cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal das Velas


Manuel Soares da Silveira

Gabinete da Presidência

Telef. 295 412234 / 295 412 167 Fax 295 412 351

E-mail – gab.presidencia.cmvelas@mail.telepac.pt - Website - <http://cm-velas.azoresdigital.pt>
NIF 512 075 506

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 1561 Proc. Nº 109
Data 01/04/27 Nº 21, 2011

Densidade de coelho bravo na Ilha de São Jorge

Iniciativas desenvolvidas e ponto da situação

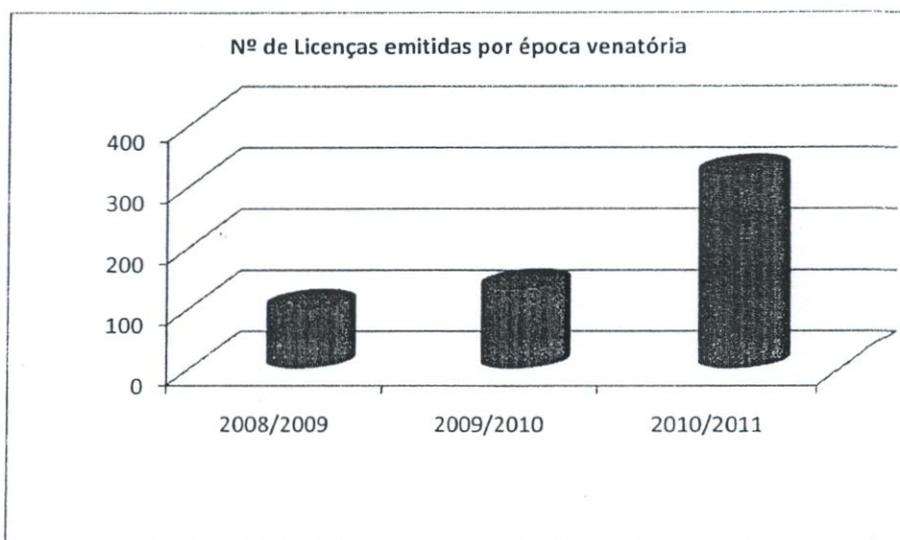
A densidade de coelho bravo na ilha de São Jorge tem apresentado valores elevados, perante os quais foram tomadas medidas de gestão cinegética, nomeadamente o aumento do esforço de caça e a autorização de medidas de controlo de densidade, procedendo-se, do mesmo passo, ao acompanhamento da evolução da população do coelho bravo, quer a través de censos, quer dos manifestos do número de efectivos capturados no âmbito das correcções de densidade.

1 – Calendários venatórios

- No decorrer dos trabalhos relativos aos censos do coelho bravo, realizados em S. Jorge no início de 2009, observaram-se valores que denotaram uma densidade acima da média registada nos anos anteriores, especialmente na zona poente da ilha, valores que requeriam a imediata alteração do calendário venatório em vigor (de Julho de 2008 a Junho de 2009).
- De imediato, alterado o calendário venatório, substituindo-se o limite de 10 peças por dia e por caçador por um número ilimitado de peças de caça, para as 3 áreas da Ilha onde a densidade se apresentava mais elevada.
- Na elaboração do calendário venatório para a época seguinte (de Julho de 2009 a Junho de 2010) a caça ao coelho bravo permaneceu permitida para todos os dias do ano, sem limite de peças por dia e por caçador e em toda a ilha de São Jorge, o que se mantém até hoje.
- A densidade do coelho bravo, tal como a de outras espécies cinegéticas, resulta da relação existente entre as condições existentes no habitat que em maior ou menor grau sejam favoráveis ao seu desenvolvimento, em particular a abundância de alimento, e o esforço de caça que é desenvolvido no território em causa.
- Considerando as condições existentes, propícias ao aumento das populações de coelho bravo, e o baixo esforço de caça verificado em S. Jorge, desenvolveram-se vários contactos e iniciativas tendentes a divulgar as boas jornadas de caça que se poderiam desenvolver, tendo-se verificado, em consequência, um crescimento significativo do número de licenças emitidas para o exercício da caça na ilha (48% relativamente à época 2008/2009).

- Igualmente em resultado das diligências desencadeadas, também o número de inscrições para exame de carta de caçador, regional e nacional, ganhou uma nova dinâmica, facto que augura um crescimento do esforço de caça local.

Época Venatória	Nº licenças ilha emitidas
2008/2009	98
2009/2010	131
2010/2011	318



Como é natural, existe uma relação directa entre o número de licenças emitidas e o número de coelhos abatidos no exercício da caça. Refira-se que a época venatória 2010/2011 só termina em 30 de Junho de 2011 e que, por isso, poderão ser emitidas ainda mais licenças de caça.

Relativamente às cartas de caçador, este ano o Serviço Florestal de São Jorge recebeu quarenta e quatro inscrições para exame, 27 para exame regional e 17 para exame nacional.

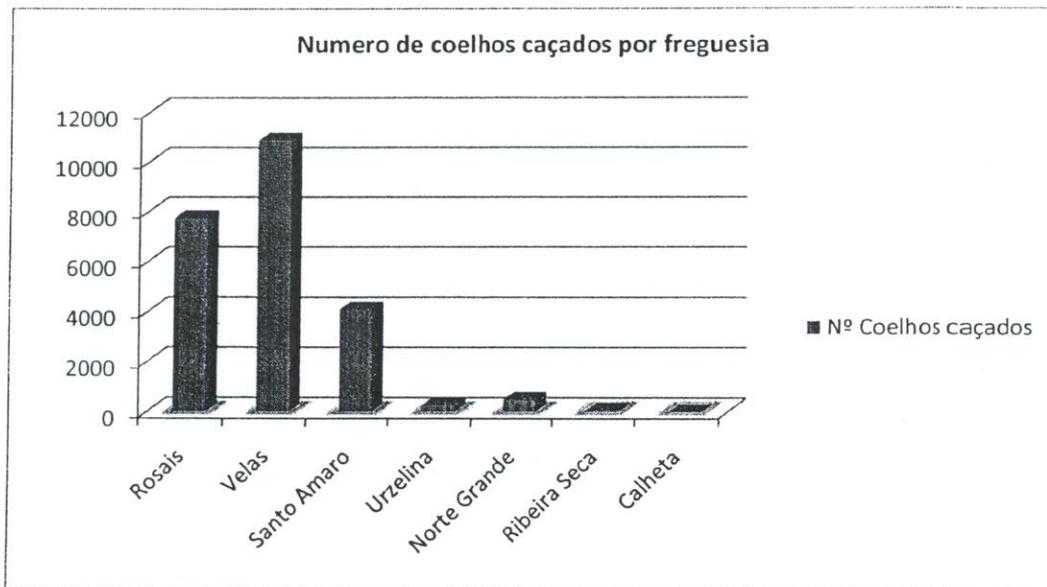
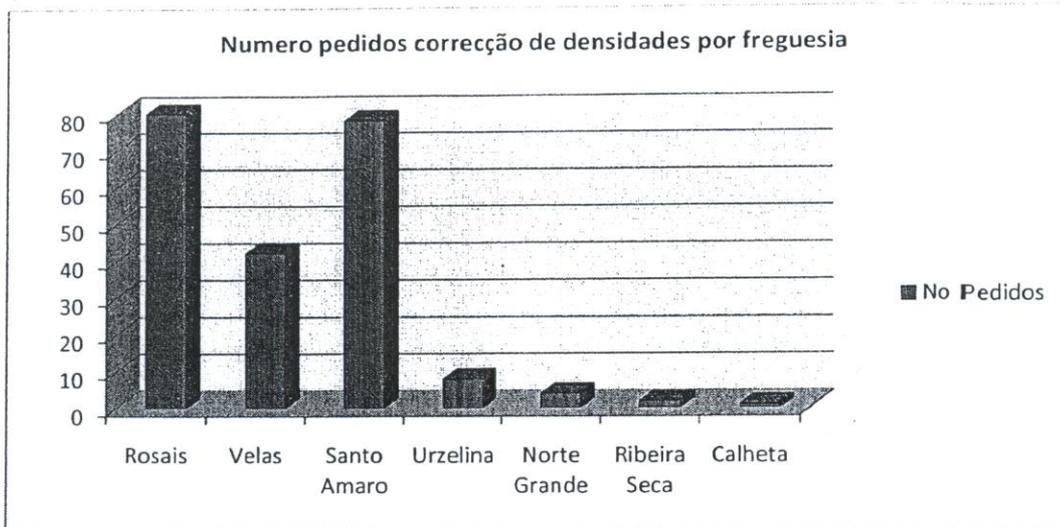
2 – Pedidos de correcção de densidade - Agricultores

De acordo com o art. 79º do Decreto Regulamentar Regional nº 4/2009/A de 5 de Maio, as populações de espécies cinegéticas podem, fora das condições regulamentares do exercício da caça, ser objecto de acções de correcção quando tal seja necessário para

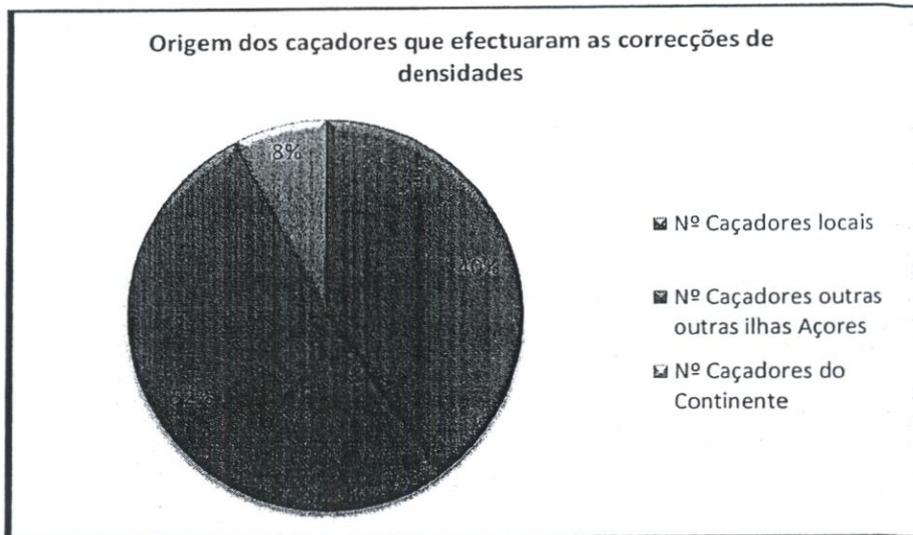
prevenir ou minimizar a ocorrência de danos na fauna, na flora, nas florestas, na agricultura e na pecuária (...).

- Verificando-se que o esforço de caça que se registava em S. Jorge, mesmo depois da retirada dos limites das peças caçadas diariamente, não seria suficiente para reduzir substancialmente a densidade de coelho bravo, o Serviço Florestal de São Jorge, em conjunto com outras entidades, nomeadamente com a Associação Agrícola de S. Jorge, passou a reforçar as iniciativas de divulgação das acções de correcção de densidade, a efectuar durante a noite e mediante requerimento dos agricultores.
- Desde logo ficou decidido que o processo seria rápido e agilizado tanto quanto possível: que as correcções tanto seriam autorizadas com pedidos individuais, como com pedidos colectivos ou apresentados por grupos de agricultores, sendo que cada um deles poderia indicar o nome de três caçadores para efectuar a correcção.
- As correcções de densidade, realizadas durante a noite, têm sido todas autorizadas, bastando para o efeito o requerimento do ou dos interessados (com a autorização emitida, no máximo, em 48 horas) e a comunicação do resultado da correcção ao SFSJ.
- Desta forma, garantiu-se o cumprimento da lei relativamente à captura nocturna de coelho bravo, bem como ao uso de arma de fogo durante a noite.
- Alguns agricultores solicitaram correcções de densidade com recurso a “engenhos tradicionais”, requerimentos que igualmente têm sido autorizadas.
- Com as correcções de densidade, desenvolvidas do pôr ao nascer do sol, e com a caça sem limites de peças, a exercer do nascer ao pôr-do-sol, o esforço de caça cresceu de forma significativa em S. Jorge.
- Os resultados das correcções de densidades solicitadas pelos agricultores são os seguintes:

Freguesias	Nº Agricultores	Nº Pedidos	Nº Coelhos capturados	Área Total Autorizada (ha)
Rosais	15	80	7 744	400,49
Velas	8	42	10 874	234,65
Santo Amaro	13	78	4 102	317,42
Urzelina	4	8	275	164,31
Norte Grande	2	4	498	98,98
Ribeira Seca	1	2	62	3,84
Calheta	1	1	0	39,95
Total	44	215	23 555	1 259,64



Nota: não há solicitações das restantes freguesias



3 – Correcções de densidades solicitados pela associação agrícola

- A Associação Agrícola de São Jorge, desenvolvendo várias iniciativas de apoio aos seus associados, promoveu a ida a São Jorge, durante o verão de 2010, de cerca de 20 caçadores, de diversas ilhas dos Açores, equivalendo a 30 dias de caça exaustiva.
- Já em 2011, a Associação Agrícola, em colaboração com as Associações de Caçadores da Ilha do Pico e da Ilha de São Jorge, tem realizado correcções de densidades, distribuídas por toda a ilha de São Jorge, efectuadas maioritariamente durante a noite, com os resultados do quadro seguinte:

Ano	Nº caçadores	Dias caça	Nº coelhos caçados
2011	30 (S Jorge/Pico)	40	7458

De referir que estas correcções de densidade são acompanhadas pelo Serviço Florestal de São Jorge, tentando aferir as “caçadas” com os resultados dos censos e distribuindo-as pelas freguesias mais prejudicadas.

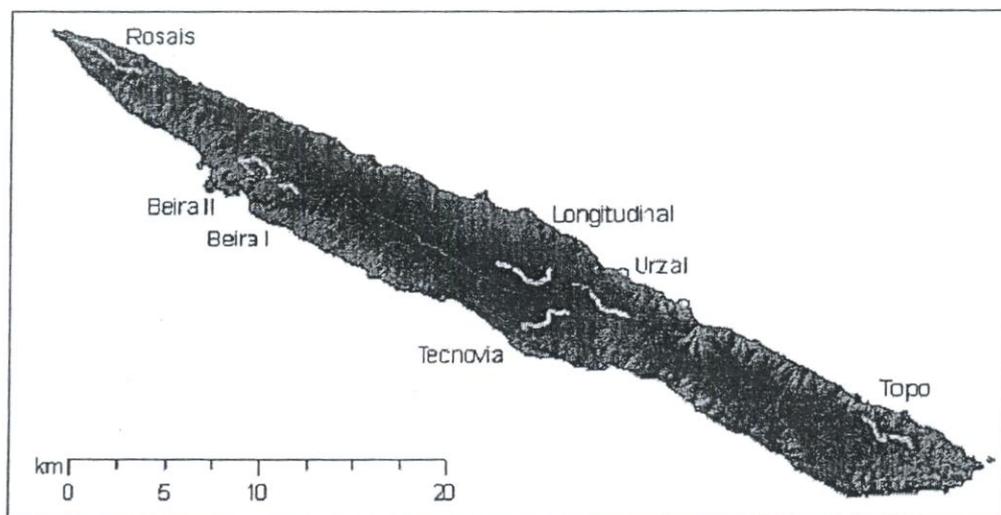
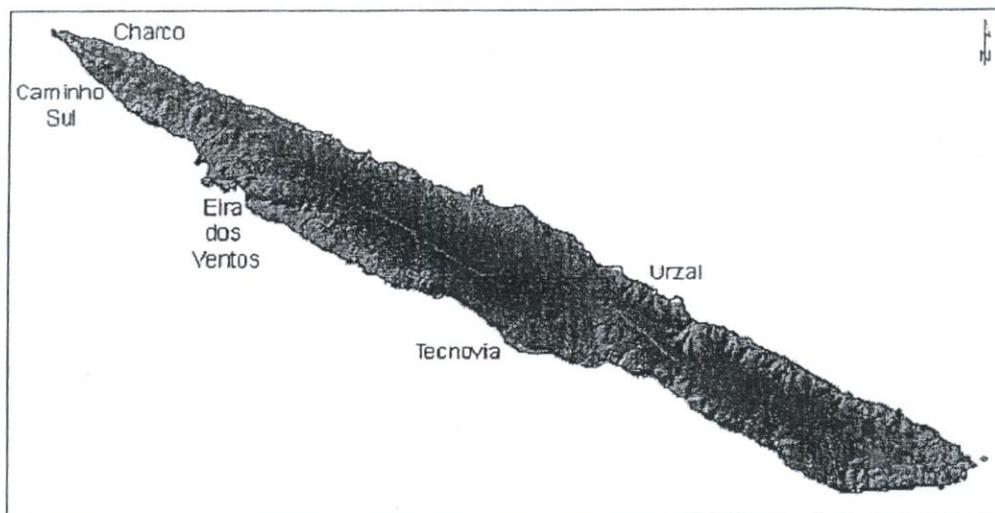
Se a estas correcções de densidade empreendidas por iniciativa da Associação Agrícola em 2011 juntarmos o número de coelhos capturados em 2010, só no âmbito das correcções de

densidade foram capturados mais de trinta e um mil coelhos, número ao qual cresce os exemplares mortos no exercício da caça, naturalmente em número muito superior àquele. Estes dados são reveladores do enorme esforço de caça empreendido e do impacto positivo que tem tido na redução das populações de coelho bravo na ilha, em particular na sua zona poente.

3 – Outras acções

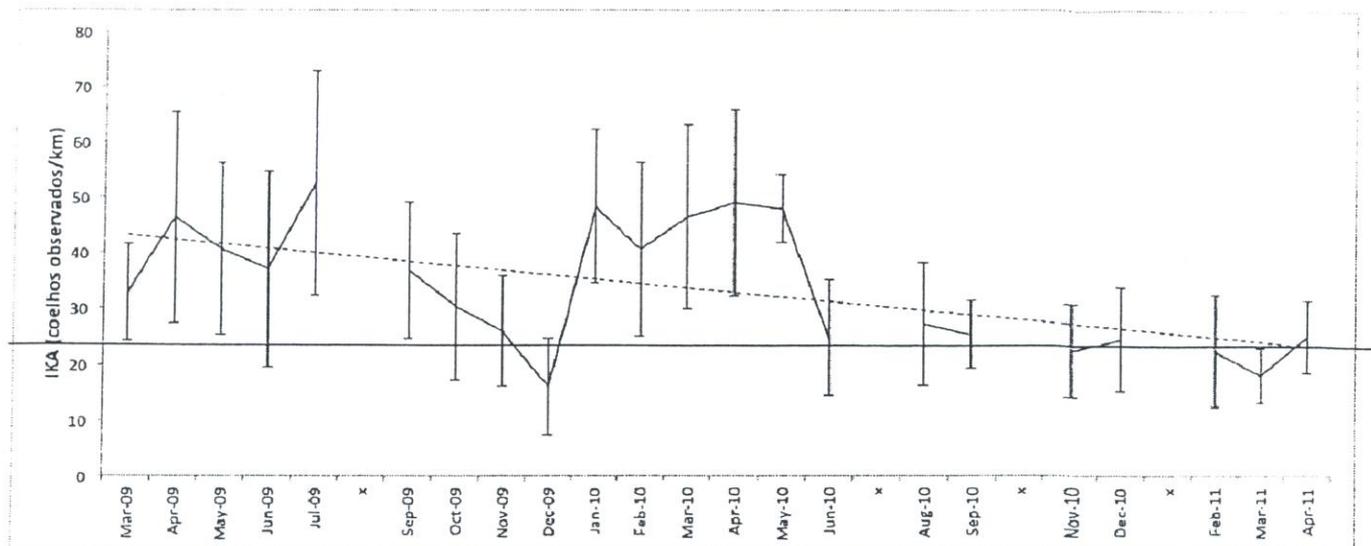
- Desde sempre, foi considerado que a existência de elevada densidade de coelhos, poderia ser encarada como uma nova oportunidade, nomeadamente para o turismo cinegético. Esta mensagem tem sido difundida e no último verão muitos foram os caçadores, quer de outras ilhas quer do continente, que se deslocaram a São Jorge.
- A legislação para a comercialização veio legalizar a colocação no mercado de espécies cinegéticas abatidas no âmbito do exercício da caça (Portaria nº 25/2011 de 14 de Abril de 2011) garantindo os princípios da saúde pública.
- A realização de censos periódicos à espécie, desenvolvidos quinzenalmente, com a metodologia e com o devido acompanhamento técnico, tem permitido acompanhar os valores de densidade e a dinâmica da população da espécie e ainda a possibilidade de desenvolver leituras comparativas dos valores registados ao longo do tempo.

Os censos são realizados em toda a ilha de São Jorge, sendo que nos dois primeiros anos o esforço foi mais intenso na freguesia de Rosais. Desde início de 2011 o esforço está repartido por toda a ilha, segundo a imagem seguinte:



Da leitura dos dados obtidos verifica-se que a população do coelho bravo se mantém estável, tendo diminuído o número de indivíduos nos locais onde há maior pressão de caça, nomeadamente na zona poente da ilha.

A imagem seguinte elucida a evolução da população nos últimos dois anos: a tendência é de decréscimo (linha tracejada), embora haja oscilações (linha a preto). As linhas verticais referem-se ao desvio padrão da amostra.



- **Protocolo com ICETA:**

O Governo mantém, através da DRRF, um protocolo com o ICETA, através do qual é dado apoio à gestão das principais espécies cinegéticas dos Açores.

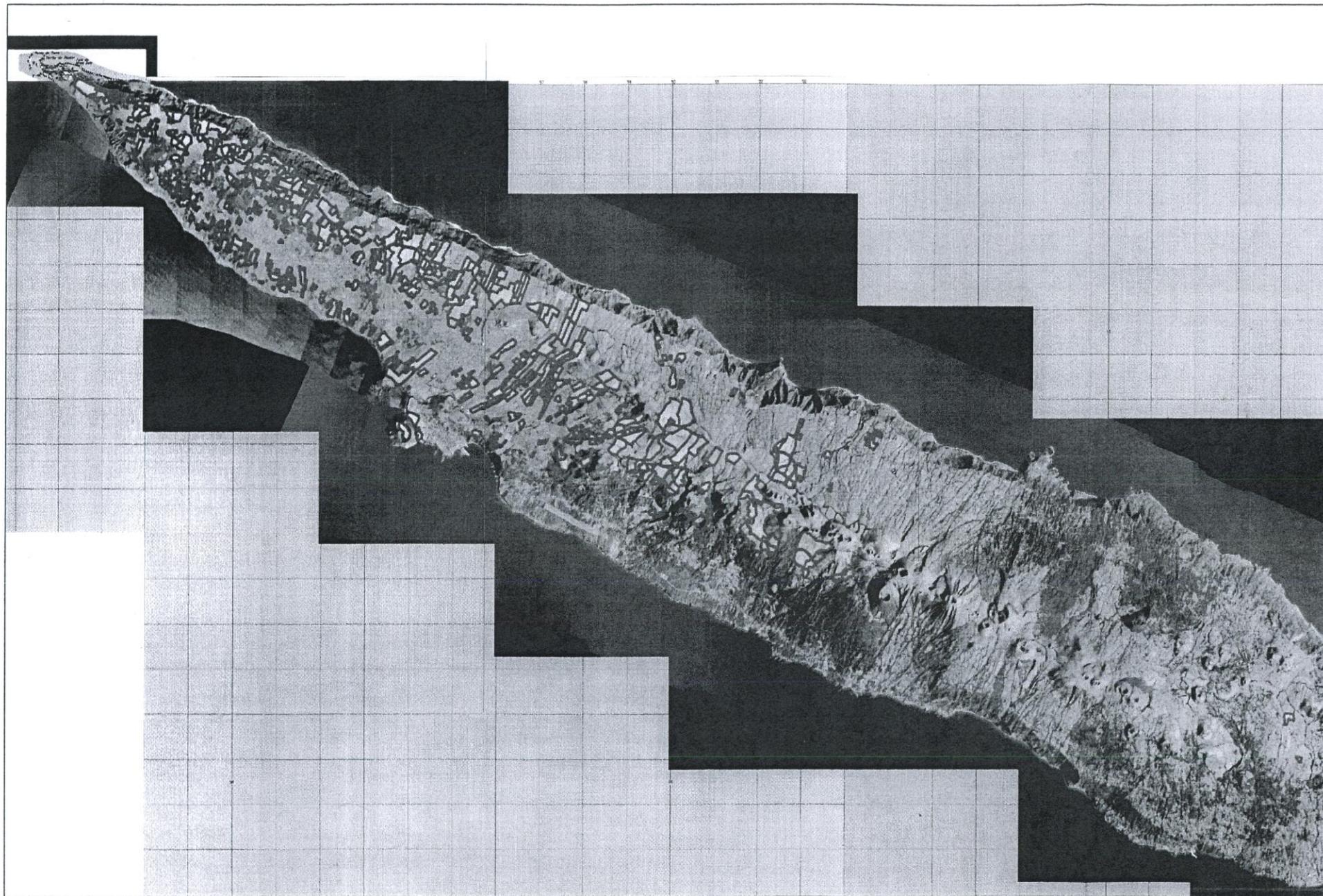
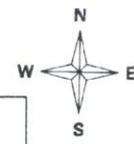
No âmbito deste protocolo, em Outubro de 2010 e Janeiro de 2011 deslocaram-se a São Jorge dois elementos dessa equipa, ambos especialistas em espécies cinegéticas e dinâmica das suas populações, e um deles com muitos anos de experiência de trabalho com a espécie.

Os técnicos e agentes do Serviço Florestal de São Jorge acompanharam todos os trabalhos e saídas de campo realizadas por tais especialistas, os quais foram unânimes relativamente às medidas levadas a cabo, como sendo as medidas possíveis e aconselháveis para a situação: fomento das acções de correcções de densidade; manutenção do calendário venatório sem limites e sensibilização para a entrada de novos caçadores.

- **Acções individuais:**

Algumas freguesias da ilha e do concelho de Velas em particular estabeleceram protocolos com a associação de caçadores Jorgense, com o objectivo de fomentarem o esforço de caça desenvolvido, bem como a execução de correcções de densidade no seu território.

Por outro lado, quer junto de associações de caçadores regionais e nacionais, quer junto das suas organizações de cúpula quer ainda em vários blogues nacionais onde se “discute” a temática da caça, tem sido divulgada a elevada densidade de coelhos em São Jorge, promovendo-se e incentivando-se a vinda de caçadores à ilha, no que poderá significar mais um argumento turístico.



Áreas de correcção de densidade para a espécie Coelho-bravo na Ilha de São Jorge